

## REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA AGROINDÚSTRIA DE CARNES NO BRASIL: A ASCENSÃO DO SUDOESTE GOIANO NA VIRADA DO SÉCULO

Hoyêdo Nunes Lins<sup>1</sup>  
Gustavo Tannus Goulart<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo analisa a criação pela Perdigão, empresa líder na indústria brasileira de carnes, de um complexo agroindustrial no sudoeste de Goiás em meados dos anos 1990. O estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental e, com destaque, em pesquisa de campo que incluiu entrevistas em empresas e instituições locais. Observou-se que, favorecido por atributos socioeconômicos e naturais do território, e impulsionado por negociações no plano institucional, uma grande estrutura voltada à industrialização de carnes de aves e suínos foi instalada no município de Rio Verde, seguido de investimentos nos vizinhos Mineiros e Jataí. Mas foi necessário capacitar produtores rurais para integração e atrair outras indústrias e serviços, assim como desenvolver sistemas de formação profissional. Uma conclusão é que, por conta desse processo, o sudoeste goiano vivenciou importantes mudanças.

**Palavras chaves:** Agroindústria de carnes. Reestruturação produtiva. Reconfiguração espacial. Sudoeste goiano. Efeitos locais.

### SPATIAL RESTRUCTURING OF MEAT AGROINDUSTRIES IN BRAZIL: THE RISE OF THE SOUTHWEST OF GOIAS AT CENTURY'S TURN

### ABSTRACT

The article analyzes the creation by Perdigão, a leader firm of the Brazilian meat processing industry, of a huge industrial complex to process poultry and pork in the southwest of Goiás, in the mid-1990s. It is based on bibliographical and documental research and also on fieldwork through interviews at firms and local institutions. It could be noted that the resources locally available, in economic, social and environmental terms, and the negotiations carried out at govern level favored the installation of the plant at the *Município* of Rio Verde, followed by investments in the neighboring Mineiros and Jataí. But it was imperative to enable rural producers for integration and to attract other industrial and services activities, as well as to develop systems for professional formation. A conclusion is that, getting involved in meat processing, the southwest of Goiás witnessed important changes.

**Keywords:** Meat processing. Industrial restructuring. Spatial reconfiguration. Southwest of Goiás. Local effects.

**JEL:** R11, L66

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil registrou nas últimas décadas um forte processo de reconfiguração espacial da sua indústria. A descentralização desde São Paulo a partir dos anos 1970, rumo a diferentes estados e regiões, atingiu particular destaque na literatura acadêmica interessada. Mas também foram observados movimentos implicando

<sup>1</sup> Doutor em Geografia e Organização do Espaço pela Université de Tours, na França. Professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hoyedo.lins@ufsc.br

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná. Centro Universitário Alves Faria (Unialfa). E-mail: goularttannus@hotmail.com



outras origens, como na agroindústria de carnes, um setor de grande importância na estrutura produtiva e nas exportações do país.

Essa relevância justifica o objetivo definido para o presente artigo: descrever e analisar a criação de um complexo de carnes no sudoeste de Goiás, em meados dos anos 1990, ligada à expansão da capacidade de processamento da (então assim denominada) Perdigão, que exibia liderança nacional nesse setor. O estudo baseia-se tanto em pesquisa bibliográfica e documental como, principalmente, em trabalho de campo, realizado em 2012 com levantamentos de informações e com entrevistas na Perdigão e em alguns de seus fornecedores e prestadores de serviços e em instituições públicas e privadas locais.

O artigo proporciona uma ilustração sobre o significado e as implicações dos processos de reconfiguração espacial das atividades industriais, testemunhados em diferentes países e em vários períodos. Essa presença sugere a pertinência de um início de texto, na seção a seguir (seção 2), que sistematize os termos gerais do debate sobre a referida problemática. Na seção 3 fala-se, para contextualizar, das mudanças recentes na agroindústria de carnes no Brasil. A seção 4 aborda a atratividade do sudoeste goiano para as respectivas atividades. Na seção 5 examina-se a instalação da Perdigão, explorando e discutindo os vários ângulos da iniciativa. Na seção 6, a última antes das considerações finais, abordam-se alguns reflexos locais decorrentes do funcionamento dessa planta industrial.

## **2 A PROBLEMÁTICA DA RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO**

Desde os anos 1970, avultou na literatura internacional em ciências sociais aplicadas o interesse por processos de reconfiguração espacial das atividades industriais. Na base figuraram diversas experiências de deslocamentos, entre países ou regiões, de funções de empresas de diferentes setores, ou de expansão de capacidade produtiva fora (não raro, distante) das áreas de origem ou de presença histórica, sem envolver transferências.

Na Europa, e na escala inter-regional, essa dinâmica foi observada, por exemplo, no Reino Unido (MASSEY; MEEGAN, 1978; TOWNROE, 1975) e na França (AYDALOT, 1978; BOUCHET; SAVY, 1982). Na América do Norte, sobressaiu o avanço industrial para o sul e sudoeste dos Estados Unidos, desde o nordeste, berço da industrialização desse país (PEET, 1997).

No Brasil, a década de 1970 registrou desconcentração industrial interna ao Sudeste (mormente em São Paulo) e daí para outros estados e regiões (DINIZ; CROCCO, 1996). Nos anos 1980, em contexto de crise profunda, as relações entre indústria e território continuaram em evidência, como indicado, por exemplo, pelo livro organizado por Carleial e Nabuco (1989). Na década seguinte, com novas condições regulatórias e de concorrência, cresceram as transferências de atividades do Centro-Sul para o Nordeste, como nos setores calçadista e de confecções. Na primeira década do presente século, a desconcentração industrial permaneceu atuante, ao que parece, embora lenta e sem afetar o comando econômico do Sudeste, notadamente de São Paulo (SOBRINHO; AZZONI, 2014).

Subjacentes às experiências desse tipo costumam figurar razões diversas. Decidir sobre a localização, como sobre o investimento, é iniciativa influenciada, em geral, por vários fatores, conforme as empresas e os setores (KRÜMME, 1969). Esse aspecto é bem explorado no presente debate sobre a *deslocalização*, termo usado na literatura principalmente europeia para designar processos de mudança na localização de atividades de empresas, quase sempre na escala internacional, nutrindo análises sobre a globalização (DECORNOY, 1993; LUENGO, 2009): como salientam Michalet (2007) e Chanteau (2008), a *deslocalização* ocorre de diversas formas e pode ter várias motivações e reflexos.

Entre os fatores que afetam a movimentação espacial das atividades figuram desde a busca de força de trabalho que represente menores dispêndios das empresas com mão de obra, até as políticas de atração de investimentos executadas em escala territorial (regional, urbana), com diferentes matizes e abrangências. As combinações são diversas, representando forças de atração escoradas em, por assim dizer, atributos territoriais. No nível geral de determinação, contudo, situa-se a própria dinâmica de acumulação de capital. Walker e Storper (1981, p. 481) assinalam que “[...] a geografia da indústria mostra-se principalmente uma consequência da dinâmica de acumulação [...]”. Harvey (1982, p. 374) acentua esse entendimento, dizendo que “[...] a produção de configurações espaciais pode [...] ser tratada como um ‘momento ativo’ no interior da completa dinâmica temporal da acumulação e da reprodução social.” Para Massey (1978a, p. 196), “O desenvolvimento espacial só pode ser visto como parte do desenvolvimento do capitalismo como um todo.”

A movimentação das atividades no espaço desenha e redesenha a divisão espacial do trabalho, fruto da estratégia do capital em resposta às desigualdades na distribuição das condições de acumulação (MASSEY, 1978b, 1984). As empresas, em geral as de maior porte, liberam-se das injunções dos seus espaços de origem e escolhem novas localizações em função do que desejam encontrar, separando técnica e espacialmente suas atividades (AYDALOY, 1983). Abstraindo da empresa como unidade de observação, Lipietz (1983) alude a tais movimentos com a expressão “circuito de ramo”, destacando a especialização sincrônica dos processos que, protagonizados em diferentes localizações, enfeixam-se em ramos industriais.

Correlações entre mudanças locacionais e alterações nas esferas da tecnologia e da organização produtiva costumam ser observadas (MASSEY, 1978b,c). Segundo Aydalot (1983), a movimentação do capital, implicando remodelagem da divisão espacial do trabalho, exprime ações simultaneamente de cunho espacial e de organização produtiva. Nesse processo, papéis são “atribuídos” pelo capital aos locais (países, regiões) e as atividades protagonizadas se entrelaçam ou integram através de fluxos diversos. Vincula-se a essa questão, assinala-se, um dos aspectos mais debatidos sobre tal assunto: os efeitos locais dos processos de reconfiguração espacial da produção ou da *deslocalização* (no plano internacional ou inter-regional).

Um tipo de efeito refere-se à dinamização das estruturas locais por impulsos que incluem vínculos comerciais e, sobretudo, subcontratação/terceirização, englobando cooperação. Pesquisas realizadas na Europa detectaram situações promissoras nesse sentido, como no Reino Unido (MOSELEY; TOWNROE, 1973) e na França (LIPIETZ, 1983). Em várias experiências, a presença industrial traduziu-se, nas áreas implicadas, tão somente numa “economia de filiais”, como diz Townroe (1975), sem adensamento efetivo das interações. Outro efeito tem a ver com dependência e dominação. A redistribuição do capital “integra” (mesmo desigualmente) diferentes regiões e locais em tramas de vínculos (não raro muito) geograficamente abrangentes. Isso pode rimar com aumento do controle externo sobre as estruturas territoriais, aprofundando a dependência destas perante dinâmicas refratárias às influências locais e às ações em defesa dos interesses nessa esfera (DICKEN, 1976; WALKER, 1978).

### **3 MUDANÇAS NA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA DE CARNES**

A instalação da Perdigão no sudoeste de Goiás integra as mudanças recentes da agroindústria de carnes no Brasil. A trajetória do setor remonta ao início do século XX, mas foi a partir dos anos 1940-1950 que os aumentos de produtividade passaram a acontecer.

No segmento de aves, o crescimento derivou da integração entre unidades de abate e processamento e produtores rurais independentes, como no meio-oeste e oeste de Santa Catarina. Desde o início, as empresas industriais controlaram todo o processo produtivo, com sucessivos saltos de produtividade: além do processamento industrial, sua atuação envolvia criação de matrizes, fornecimento de aves recém nascidas aos produtores integrados, produção de ração, assistência técnica e transporte. Aos produtores cabia a engorda conforme as determinações da indústria (LAZZARI, 2004).

Na parte de suínos, o processo de integração firmou-se só nos anos 1980. Antes, o produtor rural controlava a produção e mantinha com a indústria um vínculo basicamente comercial, comprando insumos e medicamentos e vendendo animais para abate. Os riscos da produção – dos alimentos para a criação e da própria suinocultura – recaíam sobre o primeiro, o que interessava às empresas (MIOR, 2005). Aos poucos, devido à concorrência, cresceu a produção especializada e em parceria, com todos os insumos vindos de fora das propriedades e as empresas repassando os leitões para engorda (COLETTI; LINS, 2011).

A disponibilidade de recursos no setor bancário e a transferência de pacote tecnológico com material genético importado favoreceram esse movimento, que fez expandir a produção de carnes congeladas ou resfriadas até em empresas menores (WILKINSON, 1993). A concentração no varejo, com maior atuação dos supermercados, representou maior capacidade de barganha nas negociações com a indústria, resultando em compressão das margens de lucro desta e em decorrente pressão pelo aumento e diversificação de suas atividades, rumo a produtos embutidos, carne frigorificada e congelados: desde os anos 1980, de fato, avançou fortemente a diferenciação de produto, com proliferação de cortes de carne e de itens industrializados.

Na década de 1990, intensificou-se a modernização e cresceu ainda mais a escala produtiva no âmbito das propriedades, tanto em aves como em suínos. O

maior tamanho das instalações e o uso de maquinário moderno, aprimorando a climatização e a engorda, representaram melhora na atividade de criação. Ao mesmo tempo, reduziram-se a mão de obra utilizada nas propriedades rurais envolvidas e o número destas, pois nem todas puderam efetuar a modernização exigida. Essa convergência produziu situações dramáticas em regiões historicamente vinculadas à agroindústria de carnes.

O pano de fundo, nessa década, era de grandes mudanças macroeconômicas no país, e as repercussões foram intensas nesse setor. As alterações regulatórias atraíram empresas agroalimentares estrangeiras, engrossando a dinâmica de concentração com numerosas fusões e aquisições, o conjunto representando maior desnacionalização (BENETTI, 2004). De outra parte, o controle da inflação no bojo do Plano Real repercutiu no consumo de alimentos. As compras de carne de frango, por exemplo, só fizeram crescer, um processo que ganhou velocidade nos anos 2000 por conta de políticas sociais refletidas no aumento do salário mínimo e em transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo), e também devido ao crescimento do emprego.

Foi marcante, na agroindústria de carnes, a *deslocalização* de atividades de processamento das grandes empresas desde meados dos anos 1990. Novos investimentos foram realizados em locais distantes dos seus espaços de origem, conforme sublinhado por Helfand e Rezende (1999). A região Sul, especialmente o oeste e o meio-oeste de Santa Catarina, ganhou visibilidade como área de “saída”, em geral via aumento de capacidade produtiva sem desativação de atividades na origem, e a região Centro-Oeste destacou-se como espaço de “chegada”.

A Perdigão foi uma grande protagonista nessa *deslocalização*, e dessa experiência se falará ao longo do estudo. Mas também a Sadia, outra importante empresa do setor, igualmente originária de Santa Catarina (objeto de posterior incorporação pela Perdigão, daí surgindo a Brasil Foods), tomou a direção do Centro-Oeste, especialmente do Mato Grosso, com unidades industriais nos municípios de Várzea Grande e Lucas do Rio Verde; em 2008 teve início a implantação do que seria a primeira unidade industrial dessa empresa na região Nordeste, em Vitória do Santo Antão (PE).

Esses movimentos contribuíram para transformar a geografia da indústria de carnes no Brasil. Ao mesmo tempo, intensificaram a modernização das respectivas

atividades, nos vários estágios das cadeias produtivas, com reflexos em produtividade e competitividade. Como decorrência, os novos espaços produtivos tornaram-se protagonistas centrais na oferta doméstica e nas exportações de alimentos industrializados do país.

#### **4 VANTAGENS DO SUDOESTE GOIANO PARA A AGROINDÚSTRIA DE CARNES**

Três municípios da microrregião do Sudoeste de Goiás – Rio Verde, Mineiros e Jataí, que ocupam grande parte desse território (formado por 18 municípios) – foram implicados na investida da Perdigão no Centro-Oeste brasileiro. Fatores históricos e de cunho estrutural, e ações institucionais para atrair investimentos, influenciaram a opção pelo sudoeste goiano, que também refletiu a participação do Centro-Oeste do país na dinâmica produtiva nacional.

Nos anos 1990, quando a empresa dirigiu-se à região, o sudoeste goiano já se destacava na produção de milho e soja, base da ração usada na avicultura, o custo da qual tem na alimentação o seu maior componente. Essa proeminência local vincula-se ao rápido crescimento da produção de soja no Brasil, processo em que o Centro-Oeste despontou: em 1975, exibia menos de 3% do total nacional, e, em 1985, superava 27%, uma escalada que se intensificou nas décadas seguintes e fez a região atingir posição de liderança no país.

Esse desempenho associou-se à crescente integração do Centro-Oeste à economia nacional, desde os anos 1960. A construção de Brasília foi importante nesse processo, assim como a abertura de novas fronteiras agrícolas, em meio a programas de incentivos fiscais e de crédito subsidiado para compra de maquinário e insumos (SALIM, 1986).

Nos anos 1970, sobressaíram as ações ligadas aos planos nacionais de desenvolvimento, envolvendo a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Importantes resultados foram gerados em eletrificação rural, armazenamento, estradas, assistência técnica e pesquisa agrícola, entre outros. Porém, as grandes e médias propriedades é que mais se beneficiaram dos financiamentos facilitados e das pesquisas, mostrando que a atuação do Estado, crucial no dinamismo do Centro-Oeste, segundo Monteiro Neto e Gomes (1999), acabou se revelando um vetor de concentração.

O estado de Goiás não foi refratário a esse amplo movimento macrorregional. Nas últimas décadas, cresceu expressivamente a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, e o processamento de base agropecuária continuou prevalecendo no setor, apesar de uma relevante produção de produtos farmacêuticos (em Anápolis) e de veículos (Mitsubishi, Hyundai), entre outras.

Especificamente no sudoeste do estado, a industrialização no Sudeste brasileiro e a chegada da estrada de ferro haviam propiciado aumento da demanda por alimentos e melhores condições de escoamento desses produtos (BORGES, 2006). Esse processo formou a base para um crescimento agrícola, na segunda metade do século XX, que refletiu a modernização setorial observada em várias regiões brasileiras. A atração de numerosos migrantes, no desenrolar desse processo, fez de Rio Verde o município mais dinâmico do sudoeste goiano, com expansão demográfica que redundou em concentração de mais de 1/3 de toda a população residente nessa região.

As políticas federais promovidas pelos planos nacionais de desenvolvimento beneficiaram o sudoeste de Goiás, particularmente Rio Verde (PEDROSO; SILVA, 2005). Segundo Salim (1986), as ações para o cerrado privilegiaram áreas com maior potencial para uso e difusão de novas tecnologias. Tal fato representava incidência, principalmente, onde já era maior a presença de exploração agrícola dos solos, e essa era a condição do sudoeste de Goiás. Tal processo, todavia, aprofundou a diferenciação no tecido produtivo regional: como a concessão do crédito agrícola impunha exigências associadas ao valor da terra, entre outras coisas, a maior parte dos recursos financeiros foi canalizada para os produtores mais “tecnificáveis” (ESTEVAM, 1997).

Conjugaram-se, assim, diversos atrativos regionais para a agroindústria de carnes. Estavam presentes condições climáticas e infraestrutura favoráveis, e também incentivos fiscais. Um atributo estratégico era a disponibilidade de grãos, na quantidade necessária e com facilidade de fornecimento outorgada pela proximidade. Esse aspecto era decisivo para empresas como a Perdigão, já que o transporte de grãos do Centro-Oeste para o oeste e meio-oeste de Santa Catarina pressionava os custos das correspondentes atividades.

Também representou estímulo à *deslocalização* para o Centro-Oeste, a necessidade de grandes investimentos por parte dos produtores rurais para cumprir

com a modernização das estruturas que a agroindústria de carnes passou a exigir. No sul do país, as características de muitas propriedades, quanto à capacidade financeira e a outros aspectos, dificultavam providências nesse sentido (FAVERET FILHO; PAULA, 1998). No Centro-Oeste, era expressiva a participação de propriedades aparentemente aptas, inclusive por conta da concentração anteriormente promovida pelas ações governamentais.

Instituições locais igualmente representaram fortalecimento da atratividade regional. Produtores rurais tinham criado em 1975 a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), cujo papel na difusão da cultura da soja ajudou a consolidar um tecido produtor de grãos. No final dos anos 1980, a atuação resultou em agregação de uma unidade de esmagamento de grãos às atividades de fornecimento de insumos, assistência técnica, armazenamento e comercialização (LEITE, 2004). Um verdadeiro complexo centrado na soja tomou forma, com novos investimentos (de empresas nacionais e estrangeiras) e volumosa produção. O incentivo à suinocultura veio na década de 1990: *joint venture* com a Dalland do Brasil Agropecuária, de origem holandesa, resultou na Dalland COMIGO Agropecuária, objetivando instalar um núcleo genético de suínos em Rio Verde, iniciativa que lubrificou a industrialização de carnes no sudoeste goiano.

## **5 COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE CARNES: “PRODUÇÃO DE ESPAÇO” NO SUDOESTE DE GOIÁS**

Eram consideráveis os atributos do sudoeste goiano perante as necessidades da agroindústria de aves e suínos nos anos 1990. Comparativamente à regiões de presença histórica dessas atividades, especialmente o meio-oeste e oeste de Santa Catarina, a área sobressaía, por exemplo, pela maior escala das propriedades (caracterizadas como granjas), permitindo à indústria operar com menos integrados. Isso acenava com maior eficiência em termos de logística, pois o transporte de ração e de animais entre a unidade industrial e as propriedades integradas exigiria menos viagens, considerando o nível de processamento contemplado. Os custos de elaboração e gestão de contratos também haveriam de ser menores. Ao contrário da experiência catarinense, no sudoeste goiano o sistema de integração viria de fora e seria implantado “de uma só vez”, com planejamento e padronização, o que favoreceria a administração dos contratos e a organização produtiva.

### **5.1 O desdobramento regional das unidades de processamento**

Os acenos do território levaram ao amadurecimento do Projeto Buriti, nome da operação em Rio Verde até a inauguração da unidade, em 2000. As condições locais eram tão prezadas que a administração da Perdigão informou estar erigindo “[...] no centro geográfico do Brasil [...] um complexo agroindustrial que adicionará à empresa [...] uma capacidade equivalente à metade do que se tem hoje” (PERDIGÃO, 1999, p. 4). Entre 1997 e 2004, os investimentos da empresa foram concentrados nessa instalação, que envolveu recursos também dos produtores rurais que atuavam como integrados e das transportadoras que operariam como terceirizadas. A maior parte das inversões ocorreu no biênio 1999-2000, quando se previa alcançar já em 2003 o pleno uso da capacidade, com 260 mil toneladas de frigorificados por ano. Posteriormente ocorreu ampliação, atingindo-se uma capacidade de abate de 298 mil toneladas anualmente (GOIÁS..., 2008).

Foram várias as fontes dos recursos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou parte dos utilizados na instalação da unidade industrial, e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) amparou os produtores rurais em construções e compras de equipamentos. O programa FOMENTAR, do governo goiano, representou compensação de ICMS, tendo a administração estadual aceitado o pleito da Perdigão sobre reduzir o ICMS nas transações do setor de carnes (BORGES, 2006; LEITE, 2004). O município de Rio Verde concedeu isenção de IPTU e de ISS, além de outras taxas, e disponibilizou as licenças ambientais. Os governos estadual e municipal prometeram melhorar as estradas e os acessos, fazer terraplanagem para a construção da unidade industrial e das granjas e capacitar o aeroporto local para vôos comerciais.

As negociações entre a Perdigão e as três esferas de governo haviam culminado, em 1996, na assinatura do Protocolo de Intenções do Projeto Buriti, marco institucional da investida da empresa em Rio Verde. A assinatura deflagrou as ações para a formação do necessário tecido produtivo e institucional. De fato, não obstante os existentes atributos territoriais, faziam-se necessárias, entre outros, uma avicultura e uma suinocultura condizentes com as pretensões em processamento de carne, assim como uma mão de obra com a qualidade necessária e também atividades industriais e serviços de apoio.

A situação não era a mesma no município de Mineiros, onde as ações da Perdigão foram estimuladas pelos resultados logrados em Rio Verde. Denominada Projeto Araguaia durante a implantação, a iniciativa em Mineiros foi encorajada pela percepção de que a estrutura já montada no município vizinho atenderia as necessidades de outra unidade nas proximidades. Com investimentos bancados por recursos próprios e por financiamentos do BNDES, e, para os módulos dos produtores integrados, pelo FCO, essa planta foi inaugurada em março de 2007, podendo abater diariamente 24 mil perus e aves Chester e 140 mil frangos, totalizando 81 mil toneladas anuais de carnes, 80% para exportação.

Essa estrutura contém dois abatedouros, incubatório e fábrica de rações. Suas atividades de processamento exigiram a instalação de 200 módulos de produtores de aves, incluindo alojamento e produção de ovos (PERDIGÃO..., s/d). Os passos foram semelhantes aos de Rio Verde: Protocolo de Intenções com o governo estadual, em 2004, e mobilização de instituições como a Cooperativa Mista de Agropecuária do Vale do Araguaia (COMIVA), objetivando levantar informações sobre produtores rurais interessados e, após avaliação, engajá-los como integrados.

No município de Jataí o processo foi distinto. Tratou-se da compra, em 2007, de uma empresa que já abatia frangos, a Gale Industrial, coroando relacionamento, iniciado em 2005, pelo qual a segunda fornecia 90 mil aves por dia à primeira, que disponibilizava a ração. No momento da compra, envolvendo frigorífico, fábrica de ração, incubatório e granja de matrizes, previam-se investimentos imediatos para dobrar a capacidade de abate. Teria motivado o negócio, além do próprio aumento das operações da Perdigão, o risco da presença na região de um concorrente menor que, sem aspirações de internacionalização, não tinha as mesmas preocupações sobre normas sanitárias internacionais. A Perdigão entendeu que essa presença poderia gerar problemas nos animais que abatia e processava, prejudicando suas exportações e, assim, as suas atividades em Rio Verde e Mineiros.

## **5.2 Formação do contingente de avicultores e suinocultores**

Formar conjunto de produtores rurais aptos à integração como fornecedores foi uma tarefa urgente. A escala de criação de animais de cada envolvido precisaria ser grande, e sua distância da unidade industrial não deveria superar 60 km. Os avicultores teriam que estar mais perto do que os suinocultores, pela frequência do

resgate, refletindo os diferentes tempos de engorda. Boas condições em água, energia e facilidade de acesso eram exigidas, assim como capacidade para arcar com parte do investimento inicial.

A constituição dessa base não se revelou providência simples. Vários produtores de perfil adequado mostravam-se resistentes, ao compararem os resultados econômicos sinalizados com as exigências em investimentos e trabalho. Além disso, o vínculo de integração, implicando criação de animais subordinadamente a uma empresa, fazia pensar em rebaixamento social, desagradando agentes que se viam como empresários. Isso exigiu convencimento e mobilização, orquestrados pela Perdigão e protagonizados conjuntamente pela prefeitura de Rio Verde, a COMIGO, a Associação dos Produtores de Grãos e o Clube Amigos da Terra, entre outras instituições. Nas reuniões detalhavam-se as vantagens e acentuavam-se as repercussões na região, assinalando os prováveis benefícios.

Em Mineiros, pelas entrevistas realizadas na correspondente unidade da Perdigão durante a pesquisa de campo, esse tipo de problema não se apresentou. Os resultados dos produtores de Rio Verde parecem ter ajudado a reduzir a desconfiança sobre questões de rentabilidade e de *status* dos proprietários rurais. As dificuldades enfrentadas foram de outra ordem: muitos produtores, depois de implicados, lidavam mal com uma rotina diária que exigia acordar de madrugada para cuidar da iluminação e da alimentação das aves. Isso exigiu tarefa que o entrevistado considerou como de “sensibilização”, envolvendo inutilização dos lotes de aves fora dos padrões e até mesmo repreensão.

Quatro sistemas de integração foram implantados na região, divididos entre aves e suínos: para as primeiras, os sistemas produtor de frangos e produtor de ovos; para os segundos, os sistemas produtor de leitões e terminador vertical. Na avicultura, a estrutura idealizada inicialmente envolvia 12 granjas de matrizes com potencial para 34 mil aves e capacidade de produção semanal de 1,7 milhão de ovos. Os aviários seriam em número de 478, representando 11,5 milhões de aves, e o sistema produtor de ovos teria inicialmente 24 unidades produtivas. Esses números cresceram com a realização de novos investimentos.

Para os integrados de aves, a Perdigão fornecia pintos de um dia, ração e assistência técnica, ficando a engorda por conta da granja, durante cerca de 45 dias.

No sistema produtor de leitões, a ração se originava na propriedade, com base em pré-mistura vinda da empresa, que disponibilizava tanto a assistência técnica como o transporte, inclusive dos animais levados à terminação vertical, onde chegavam com 60 dias de vida e saíam, para abate, 120 dias depois. Também a genética era disponibilizada, comprada pela Perdigão de empresas multinacionais (BRUM; WEDEKIN, 2002). Entrevista com o presidente da Associação dos Granjeiros Integrados em Terminação da Perdigão (AGINTERP), efetuada durante a pesquisa de campo, informou que a empresa usava linhagem para frangos que permitia flexibilidade no manejo.

A integração era formalizada por contrato. Os produtores comprometiam-se a custear a construção dos módulos e demais estruturas e a atuar segundo as orientações técnicas da Perdigão. Na produção de leitões, a compra do sêmen junto à segunda também era definida contratualmente. Recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste foram utilizados pelos integrados. Uma agência do Banco do Brasil, operador desse fundo, foi instalada próxima à entrada principal da unidade da Perdigão em Rio Verde. Aí se analisavam os pedidos de crédito dos produtores, incluídos os que se vinculavam às fábricas de Mineiros e Jataí. A Perdigão examinava previamente essas demandas com base em levantamento das necessidades individuais, considerando o que se esperava em desempenho e rentabilidade.

A entrevista com o presidente da AGINTERP informou que, para obter taxas de juros vantajosas e ágil apreciação do projeto de financiamento, o integrado se submetia a mecanismo semelhante ao do crédito consignado: a parcela para pagar o financiamento era descontada na remuneração dos produtores pela Perdigão, ocorrendo na própria empresa, portanto, a gestão do recurso e o pagamento ao banco. A entrevista também informou ser grande a pressão da Perdigão para a atualização tecnológica dos integrados, sendo utilizada como incentivo a premiação dos mais produtivos com bônus financeiro escalonado.

### **5.3 Atividades industriais e serviços de apoio**

O movimento descrito não poderia prescindir de um tecido de apoio industrial e em serviços. Produção de embalagens, silos e carrocerias, construção e manutenção de estruturas para granjas e comercialização de câmaras frigoríficas,

entre outras atividades, eram necessidades para o que se desenhava no bojo do Projeto Buriti. Como essas atividades inexistiam localmente, a Perdigão entabulou negociações com empresas que lhe supriam historicamente, objetivando a sua instalação em Rio Verde. Nas tratativas foi-lhes assegurada exclusividade na compra de insumos e serviços nos primeiros anos.

Pelo menos quatro empresas com atividades estratégicas instalaram-se em Rio Verde, em resposta. Uma delas é a Orsa Celulose, Papel e Embalagens S.A., sediada em Suzano (SP), que produz chapas e embalagens de papelão. Pela entrevista feita na empresa, durante a pesquisa de campo, a decisão resultou de “acordo entre diretorias”, reflexo de um histórico relacionamento com a Perdigão em outras regiões. Com cerca de 430 empregados no período da pesquisa, entre diretos e indiretos, essa unidade obtivera financiamento federal e estadual. A exclusividade assegurada pela Perdigão ocorreu nos primeiros anos, mas, quando da entrevista, a unidade sofria a concorrência de empresas de Goiás e Minas Gerais. O escopo do seu fornecimento abrangia as unidades da Perdigão em Mineiros e Jataí, e igualmente outras empresas.

Uma segunda empresa é a Videplast Indústria de Embalagens Ltda., com matriz em Videira (SC), onde fornecia plástico flexível para embalar frangos resfriados na localização original da Perdigão. Sua instalação em Rio Verde ocorreu em 2000, com auxílio do Programa FOMENTAR. Nos primeiros anos, quase toda a produção destinava-se à unidade da Perdigão nesse município. Depois, a empresa passou a fornecer também às unidades de Mineiros e Jataí e diversificou a clientela, em outros estados. Assinalou-se na entrevista, quando cerca de 640 empregados diretos e indiretos eram utilizados, que o frete realizado pela Perdigão para enviar seus produtos ao exterior era aproveitado no transporte de matéria prima estrangeira para fabricar plástico flexível na Videplast, querendo isto dizer que a própria Perdigão fornecia parte do material utilizado nas embalagens.

A Triel-HT Industrial e Participações S.A. instalou-se em Rio Verde em 2000, vinda de Erechim (RS), para atender a Perdigão em serviços de construção e manutenção de silos graneleiros e carrocerias para transportar ração e animais. O empreendimento conseguiu recursos junto às estruturas de financiamento disponíveis. No período da pesquisa de campo, a produção de silos graneleiros e carrocerias não ocorria com a mesma intensidade dos primeiros anos. Contudo, a

empresa era sempre demandada, segundo informação prestada pelo gerente entrevistado, quando problemas em caminhões ameaçavam prejudicar a estrutura local de armazenamento ou distribuição.

A Kade Engenharia e Construção Ltda., oriunda de Aberlardo Luz (SC), instalou-se em Rio Verde também com recursos canalizados pelo sistema de financiamento disponível. O objetivo era produzir estruturas pré-moldadas para a unidade industrial da Perdigão e para os módulos dos produtores rurais integrados. Portanto, foi implantação que precedeu ao funcionamento do complexo agroindustrial de carnes. Borges (2006) assinalou que, em 2003, suas instalações locais faziam trabalhar 410 pessoas, em vínculos diretos e terceirizados, e que no começo a Perdigão representava-lhe 80% do mercado, uma proporção reduzida para 20% em meados da década de 2000.

Instalaram-se em Rio Verde, acompanhando a Perdigão, várias outras empresas, em diferentes tipos de serviços. Informações obtidas na Associação Comercial e Industrial de Rio Verde durante a pesquisa indicam firmas de equipamentos para granjas, fornecimento de uniformes e com atuação na área de dejetos suínos. Mas o número de empreendimentos induzidos em Rio Verde é muito maior, segundo o levantamento de Borges (2006) pouco depois do início do processamento de carnes: em 2003, 178 empresas forneciam produtos e serviços de forma contínua, e eram mais de 90 os prestadores de serviços em transportes, limpeza, segurança, jardinagem, fornecimento de alimentação e apoio em mecânica. O surto de novas atividades fez surgir o Distrito Industrial Municipal de Pequenas Empresas, criado para abrigar empresas vindas da região Sul do país. Entrevista conduzida numa dessas empresas, a Schaly Mecânica Industrial, de fabricação e usinagem de peças, não deixa dúvidas sobre a motivação: “nosso serviço aqui é 70% da Perdigão”.

Essas atividades de apoio não se limitam às operações da Perdigão em Rio Verde. Entrevista feita na fábrica de Mineiros informou que apenas fornecedores de material para aviários haviam sido atraídos pela instalação dessa unidade nesse município. Praticamente toda a sua base de apoio encontrava-se em Rio Verde, indicando complementaridades em escala regional. Estas ocorrem até entre as estruturas industriais da Perdigão: em Mineiros também se produz matéria prima utilizada na industrialização de alimentos em Rio Verde.

#### **5.4 Formação de mão de obra e promoção de conhecimento**

As necessidades locais de mão de obra, ampliadas com a instalação desse complexo agroindustrial, repercutiram em maiores fluxos migratórios para o sudoeste goiano. A iniciativa da Perdigão foi amplamente divulgada, como ilustrado pelo artigo de Murakawa (2000), intitulado “Rio Verde vira pólo da agroindústria”, crescendo, assim, a atração de contingentes de vários estados do Centro-Oeste, do Sudeste e do Nordeste do país. O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos de Rio Verde (STIARV), funcionário da Perdigão, afirmou durante a pesquisa de campo que a empresa promovera seleção de trabalhadores em estados do Nordeste, como o Maranhão.

Ocorreram igualmente transferências de funcionários desde unidades da Perdigão na região Sul, em geral para postos de chefia ou exigentes de maior qualificação. Além disso, pela referida entrevista, durante a instalação da empresa em Rio Verde, cerca de 300 pessoas do sudoeste goiano foram enviadas às unidades daquela região para formação prática e teórica, com ênfase em aspectos do que se designou como “lógica industrial”.

De fato, as novas atividades no sudoeste goiano requeriam, além de maior oferta de mão de obra, preparação e qualificação que compensassem a falta de tradição industrial na área. As carências eram consideráveis, inclusive pela ausência, junto aos produtores rurais, do sentido de disciplina exigido pelas tarefas nas granjas de aves e suínos. Daí que, no Protocolo de Intenções assinado em 1996, previu-se a criação de uma Granja Escola em Rio Verde, implantada por convênio entre a Perdigão, a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Programada para refletir as condições de funcionamento dos integrados, a Granja Escola possuía, segundo a entrevista realizada com o coordenador, um núcleo de aves, um núcleo de suínos e uma unidade produtora de leitões. Também se objetivava, além de formar mão de obra para as granjas, gerar conhecimento sobre avicultura e suinocultura quanto ao manejo e à utilização de dejetos de animais. Informou-se que as atividades incluíam testes com vistas à adubação (no plantio de eucaliptos, conforme acordos entre a Perdigão e produtores integrados,

para abastecer a empresa em lenha) e também com novos materiais para impermeabilização das lagoas de dejetos.

Por razões que o coordenador da Granja Escola classificou como de “incompatibilidade entre agentes em número excessivo quanto à tomada de decisões” – a FESURV teria defendido uma maior disseminação das técnicas desenvolvidas pelos experimentos, e a Perdigão preferiria conduta de maior reserva –, o convênio que sustentara a iniciativa foi encerrado em 2010, quanto à produção de conhecimentos. Mas a Granja Escola manteve-se ativa, na oferta de cursos, por meio de interações entre a Perdigão e instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a AGINTERP e a AGIGO. A Granja Escola igualmente protagonizava treinamento de mão de obra e desenvolvimento de gestores para módulos de produção integrada em Mineiros. A própria FESURV seguia formando quadros para a agroindústria de carnes, em cursos de Administração, Agronomia, Ciências Econômicas, Engenharia Mecânica, Veterinária e Zootecnia.

Cabe assinalar mais dois aspectos. A Perdigão fizera parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Rio Verde, em 2007, para criar outra Granja Escola, capaz de formar 120 profissionais para o setor avícola por ano (CEFET-RV..., 2007). Outra questão refere-se ao SENAI local, com cursos em Agroindústria, Automação Industrial e Segurança do Trabalho. Mediante convênios com essa instituição a Perdigão obteve pessoal para várias funções qualificadas da área industrial. A empresa envolveu-se na própria instalação do SENAI, auxiliando com os equipamentos (BORGES, 2006). Entrevista com diretor da entidade informou que mais de 60% dos cursos destinavam-se à Perdigão, que definia os formatos e ementas e tinha ex-funcionários entre os instrutores.

## **6 NOTA SOBRE REFLEXOS LOCAIS**

Epicentro do processo ocorrido no sudoeste goiano, Rio Verde assistiu à instalação de estrutura industrial contendo frigoríficos de aves e suínos, fábricas de ração, incubadora, unidade produtora de alimentos industrializados, fábrica de massas e outra de produtos vegetais congelados, as duas últimas representando a primeira experiência da Perdigão nesses segmentos. Na agropecuária, várias propriedades rurais aderiram à avicultura e à suinocultura em integração, surgindo

granjas que marcaram a paisagem rural, também afetada pelo aumento da produção de milho e soja, encorpendo uma tendência na região.

O tecido econômico local ganhou densidade também com o surgimento de várias empresas industriais e serviços voltados à agroindústria de carnes. Instituições de ensino e pesquisa completam o conjunto em torno da Perdigão, cujas dimensões são regionais: como se falou, às ações em Rio Verde seguiram-se outras em Mineiros, embora sem os mesmos desdobramentos e amplitude, e o caráter regional se ampliou e fortaleceu em 2007, quando a Perdigão comprou a Gale Industrial, que abatia frangos em Jataí.

O processo como um todo evoca o debate sobre a problemática da reconfiguração espacial das atividades industriais, relativamente à dinamização das estruturas locais devido aos impulsos gerados pela instalação de uma nova atividade, conforme assinalado no início do artigo. Também remete àquele debate a modernização lograda em escala de empresa ou de setor, considerando-se a totalidade das interações da Perdigão, a partir da instalação no sudoeste de Goiás: França, Souza e Moraes (2007) compararam as atividades dos produtores integrados à Perdigão em Videira, no meio-oeste de Santa Catarina, e em Rio Verde, e constataram a presença de atividades manuais só na primeira área, onde menos de 1% das propriedades usavam tecnologia de climatização, contra 100% na área goiana.

A incorporação do sudoeste goiano ao espaço do grande capital do setor de carnes teve importantes reflexos socioeconômicos na região. A população, particularmente de Rio Verde, o município mais implicado, cresceu rapidamente desde meados dos anos 1990 (Tabela 1), a participação da sua população no total estadual saltando de 2,3% para 2,9% entre 2000 e 2013.

A demanda por imóveis urbanos sofreu forte aquecimento, intensificando a especulação imobiliária e fazendo disparar os preços. Essa dinâmica não esperou o pleno funcionamento do complexo agroindustrial. Entrevistas realizadas na prefeitura de Rio Verde, durante a pesquisa de campo, foram unânimes na apreciação de que “o mercado soube antever” o que representaria a chegada da Perdigão. A vinda de vários funcionários para postos graduados disseminou o entendimento de que a cidade acolheria um “pessoal que tem dinheiro”, afetando os preços. Assim, o número de empresas de incorporação e comercialização de imóveis mais que

decuplicou entre o final dos anos 1990 e 2010. A própria Perdigão teve influência nesse mercado, por facilitar a compra de residências dos seus funcionários pelo Programa Habitacional Perdigão (PROHAB), estribado no Crediperdigão, um fundo que concedia financiamento em condições facilitadas.

Tabela 1 – População residente: Rio Verde, Sudoeste goiano, Goiás e Brasil (1991-2010)

Indicador Unidade Territorial	População residente (mil habitantes)				Taxa média anual de crescimento (%)		
	1991	1996	2000	2010	1991- 1996	1996- 2000	2000- 2010
Rio Verde	96,3	100,6	116,5	176,4	0,9	3,8	4,2
Sudoeste goiano	287,2	309,3	344,4	446,4	1,5	2,7	2,6
Estado de Goiás	4.018,9	4.515,0	5.003,2	6.003,8	2,4	2,6	1,8
Brasil	146.825,5	157.070,2	169.799,2	190.755,8	1,4	2,0	1,2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de Censos Demográficos e Contagem Populacional do IBGE.

As atividades diretas da Perdigão e as empresas que se instalaram como fornecedoras provocaram o surgimento ou ampliação de várias outras atividades, fabricando diversos itens ou prestando diferentes serviços. Os reflexos gerais parecem ter sido consideráveis, pois tratava-se de atividades de produção e manutenção voltadas à agricultura e pecuária que antes praticamente inexistiam.

Percepções sobre as mudanças gerais foram manifestadas inclusive por quem se transferiu e fixou residência devido à instalação do complexo da Perdigão, como um funcionário da empresa oriundo do oeste de Santa Catarina. Nas suas palavras, registradas em entrevista, Rio Verde se “modernizou” até no tocante à trivialidade das compras cotidianas, tendo-se passado a contar com “vários supermercados na cidade, e você não sente diferença em relação a estar comprando em uma cidade grande”. O que é impressão sobre as condições do comércio de alimentos parece válido para outros ramos comerciais, dada a multiplicação dos estabelecimentos. Processo similar ocorreu nos serviços, como em hospedagem (o número de hotéis muito mais que dobrou entre 1998 e 2010) e alimentação.

Na área rural, as mudanças incluíram a presença de um novo regime produtivo, simbolizado por contratos de integração, e a atuação de instituições representativas dos interesses dos produtores integrados. Esse processo significou diversificação da origem da renda na área rural e outorgou maior segurança aos

proprietários: integrante da COMIGO, entrevistado na pesquisa de campo, assinalou que o novo quadro representa importante opção em termos de renda, com a vantagem de uma certa proteção contra problemas de volatilidade dos preços, comuns na agricultura.

A paisagem campestre foi alterada, como se falou. A região ficou salpicada de granjas com centenas de galpões ou módulos produzindo ovos e matrizes suínas e engordando frangos e leitões. Uma avicultura e uma suinocultura de porte ganharam presença em poucos anos, sendo eloquentes os saltos nos efetivos, conforme dados obtidos em Secretaria (2008): entre 1999 (ano anterior à inauguração da unidade de Rio Verde) e 2007, o efetivo de aves, em cabeças, passou de 424 mil para 14,1 milhões, e o de suínos, de 104 mil para 345 mil.

O rebatimento a montante na cadeia produtiva atingiu o cultivo de grãos: entre 2000 e 2009, a produção de milho (segunda safra) na região saltou, em toneladas, de 87,5 mil para 400 mil, e a de soja, de 507,5 mil para 735 mil. O papel da Perdigão como indutora desse desempenho é inegável: em 2007, por exemplo, a empresa consumiu cerca de 750 mil toneladas de milho e farelo de soja na produção de ração (SECRETARIA... 2008).

A área rural igualmente acusou a necessidade de adequação das atividades às normas sanitárias internacionais, por ser grande a fração exportada das carnes processadas. Segundo o presidente da AGINTERP, os produtores de grãos tiveram, por exemplo, que mudar seus insumos químicos devido às exigências chinesas. Embora a Perdigão tenha mais de uma fábrica de ração na área, seria quase impossível evitar que resquícios de insumos vetados pela China permanecessem nas engrenagens, provocando risco de um embargo comercial. No mesmo diapasão, empresas multinacionais de *fast-food*, como a *McDonald's*, cliente da Perdigão, impunham padrão de distância mínima entre os animais nas granjas, visando certificação de qualidade sobre o bem estar animal.

Reflexos de outra natureza, mas também merecedores de alusão, dizem respeito, por um lado, à pane ocorrida em 2007 em equipamento da Perdigão que bombeava restos de animais para tratamento. A interrupção provocou o transbordamento de uma lagoa de contenção, e o manancial de água que abastece Rio Verde foi atingido acima do ponto de captação. Como a empresa não comunicou o acidente a tempo, o material vazado chegou às residências, forçando o

esvaziamento e a limpeza das caixas d'água. Apesar da limpeza, multiplicaram-se os casos de infecção intestinal posteriormente (LOPES; LOPES, 2009). A Perdigão teve que pagar R\$ 1,6 milhão de multa e, devido a termo de ajustamento de conduta, construiu canalização envolvendo a sua lagoa de decantação, além de ter se engajado em obras de infraestrutura e recuperação de cursos d'água. O Ministério Público teria obrigado a empresa a investir R\$ 5 milhões.

Por outro lado, Rio Verde presenciou, em 21 de março de 2009, um incêndio de grandes proporções na unidade industrial da Perdigão. Cerca de 3 mil funcionários encontravam-se no turno de trabalho e vários deles sofreram intoxicação pela fumaça, exigindo atendimento hospitalar. As dimensões do sinistro são sugeridas pela necessidade de cinco carros do corpo de bombeiros de Goiânia e de caminhões com água vindos de municípios vizinhos, como Mineiros, Jataí e Santa Helena (INCÊNDIO..., 2009).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Poucos discordariam de que o sudoeste goiano ganhou destaque como território de operações do grande capital agroindustrial envolvido no processamento de carnes no Brasil. Também é certo que tal assimilação representou fator de mudança na geografia das correspondentes atividades no país e ajudou a promover o desempenho de tal indústria, assim como da empresa que protagonizou o processo em foco. Além disso, a incorporação desse território repercutiu em termos econômicos e sociais nas estruturas da região, seja de forma direta ou por estímulo e indução, um aspecto muito importante e merecedor de realce no debate sobre a problemática da reconfiguração espacial da produção industrial, conforme assinalado no início do artigo.

Ao mesmo tempo, e este constitui outro aspecto central do referido debate, a instalação do referido complexo de carnes aprofundou a presença no sudoeste goiano de um setor cujas principais determinações têm origem amplamente extrarregional. Possui sentido semelhante o fato de se tratar de feixe de atividades associadas a uma grande empresa, com vários estabelecimentos, cujos processos decisórios desenrolam-se alhures. Estar-se-ia em face de um caso típico de estrutura local onde fração importante da economia vincula-se a poucas (nessa experiência, uma única) atividades, estruturadas em torno de algumas (aqui, uma

só) grandes empresas, tornadas centros de gravidade do que ocorre localmente. O que isso pode significar no longo prazo, para as áreas envolvidas, representa, em si, uma pertinente indagação.

Outro aspecto tem a ver com o contraste ao observado nos ambientes onde a agroindústria de carnes tem presença histórica, como no sul do Brasil. Nessas áreas, a base social e produtiva implicada costuma exibir, principalmente, pequenas propriedades e agricultura familiar. No sudoeste goiano, e este parece ser o caso também em outras latitudes do Centro-Oeste brasileiro, são produtores rurais de maior porte e muito mais fortes financeiramente que participam da dinâmica produtiva.

Assim, a capilaridade observada em áreas como o oeste e meio-oeste de Santa Catarina não se faz presente, e isto desde o início, nas áreas rurais dos novos espaços de produção de carnes. Tal fato permite levantar questões sobre o quanto a dinâmica instalada na região Centro-Oeste do Brasil, particularmente no sudoeste goiano, reveste-se de perfil concentrador, antes de tudo no meio rural.

## REFERÊNCIAS

AYDALOT, P. L'aménagement du territoire em France: une tentative de bilan. **L'Espace Géographique**, n. 4, p. 245-253, 1978.

AYDALOT, P. La division spatiale du travail. In: PAELINCK, J. H. P.; SALLEZ, A. **Espace et localisation**: la redécouverte de l'espace dans la pensée scientifique de langue française. Paris: Economica, 1983, p. 175-200.

BENETTI, M. D. **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990**. Porto Alegre: FEE, 2004.

BORGES, R. E. **No meio da soja, o brilho dos telhados**: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. Rio Claro, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

BOUCHET, J., SAVY, M. Décentralisation des activités et aménagement du territoire. **Futuribles**, n. 66, p. 45-68, 1982.

BRUM, B.; WEDEKIN, I. O agricluster de carnes de aves e suínos do sudoeste de Goiás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRIBUSINESS, 1., 2002, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ABAG, 2002.p. 57-84. Disponível em: [http://www.abag.com.br/index.php?apg=cong\\_visor&ncong=2002](http://www.abag.com.br/index.php?apg=cong_visor&ncong=2002) acesso em: fev. 2013.

CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (Org.). **Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil**. Fortaleza: CAEN/UFC, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1989.

CEFET-RV monta granja-escola em parceria com indústria agrícola. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 23 mar. 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/1059-cefet-rv-monta-granja-escola-em-parceria-com-industria-agricola> Acesso em: fev. 2013.

CHANTEAU, J.-P. Quantification et analyse stratégique des délocalisations. **Revue d'économie Industrielle**, n. 124, p. 23-50, 2008.

COLETTI, T.; LINS, H. N. A suinocultura no vértice das relações entre agroindústria e agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, p. 339-360, 2011.

DECORNOY, J. Dans le piège des délocalisations. **Le Monde Diplomatique**, p. 3, Jui. 1993.

DICKEN, P. The multiplant business enterprise and geographical space: some issues in the study of external control and regional development. **Regional Studies**, v. 10, p. 401-412, 1976.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1996.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FAVERET FILHO, P.; PAULA, S. R. L. de. Um estudo da integração a partir do projeto Buriti, da Perdigão. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro: BNDES, n. 7, p. 123-134, 1998.

FRANÇA, L. R. de; SOUZA, J. G. de; MORAES, V. M. B. de. Comparação de dois modelos de frango de corte. **Arch. Zootec**, v. 56, n. 215, p. 359-362, 2007.

Disponível em:

[http://www.uco.es/organiza/servicios/publica/az/php/img/web/25\\_18\\_52\\_11NotaComparacaoFranca.pdf](http://www.uco.es/organiza/servicios/publica/az/php/img/web/25_18_52_11NotaComparacaoFranca.pdf) Acesso em: fev. 2013.

GOIÁS Industrial. Ano 55, n. 222, maio 2008. Disponível em:

[http://www.fieg.org.br/dados/File/arquivos/publicacoes/goias\\_industrial/gindustrial\\_maio08.pdf](http://www.fieg.org.br/dados/File/arquivos/publicacoes/goias_industrial/gindustrial_maio08.pdf) Acesso em: fev. 2013.

HARVEY, D. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 611, p. 219-273, 1999.

INCÊNDIO em fábrica da Perdigão em Goiás é controlado. **Globo.com**, 21 mar. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1052941-5598,00.html> Acesso em: fev. 2013.

KRÜMME, G. Toward a geography of enterprise. **Economic Geography**, v. 45, n. 1, p. 30-40, 1969.

LAZZARI, M. R. Avicultura de corte no Brasil: uma comparação entre as Regiões Sul e Centro-Oeste. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 31, n. 4, p. 259-290, 2004.

LEITE, T. S. **Encontro produtivo e ancoragem territorial**: coordenação e relações firma-território em arranjos produtivos agroindustriais. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

LIPIETZ, A. **Le capital et son espace**. 2a ed. Paris: La Découverte, 1983.

LOPES, C. R. M.; LOPES, N. V. P. Análise de uma estratégia ambiental: estudo de caso na Perdigão S/A – unidade de Rio Verde – GO. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEPRO, 2009.

LUENGO, F. **Las deslocalizaciones internacionales**: uma visión desde la economía crítica. Madrid: Instituto Complutense de Estudios Internacionales, 2009. (Working Paper 10/09).

MASSEY, D. Towards a critique of industrial location theory. In: PEET, R. (Org.). **Radical geography**: alternative viewpoints on contemporary social issues. London: Methuen, 1978a, p. 181-197.

MASSEY, D. Regionalism: some current issues. **Capital & Class**, n. 6, p. 106-125, 1978b.

MASSEY, D. Capital and locational change: the UK electrical engineering and electronics industries. **Review of Radical Political Economics**, v. 10, n. 3, p. 39-54, 1978c.

MASSEY, D. **Spatial divisions of labour**: social structures and the geography of production. London: Macmillan, 1984.

MASSEY, D. B.; MEEGAN, R. A. Industrial restructuring versus the cities. **Urban Studies**, v. 15, p. 273-288, 1978.

MICHALET, Ch.-A. Dynamique des formes de délocalisation et gouvernance des firmes et des États. **Revue Française de Gestion**, n. 177, p. 141-148, 2007.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústria e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MONTEIRO NETO, A.; GOMES, G. M. Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste brasileiro: recursos públicos em ação. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. especial, p. 856-875, 1999.

MOSELEY, M. J.; TOWNROE, P. M. Linkage adjustment following industrial movement. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 64, n. 4, p. 137-144, 1973.

MURAKAWA, F. E. Rio Verde vira pólo da agroindústria. **Folha de S. Paulo**, p. 6-1, 22 fev. 2000. (Caderno Agrofolha).

PEDROSO, I. L. P. B.; SILVA, A. R. P. O papel das políticas públicas no desenvolvimento industrial de Rio Verde - GO. **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 15, p. 20-27, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15384> Acesso em: fev. 2013.

PEET, R. The geography of class struggle and the relocation of Unites States manufacturing industry. In: \_\_\_\_ (Org.). **International capitalism and industrial restructuring**. Winchester: Allen & Unwin, 1997, p. 40-71.

PERDIGÃO. **Relatório Anual 1998**. São Paulo: PERDIGÃO, 1999. Disponível em: [http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/Perdigao\\_RA1998\\_port.pdf](http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/Perdigao_RA1998_port.pdf) Acesso em: fev. 2013.

PERDIGÃO inicia operações do complexo agroindustrial de Mineiros (GO). **Perdigão**, s/d. Disponível em: [http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/Perdigao\\_PR\\_20070320\\_port.pdf](http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/Perdigao_PR_20070320_port.pdf) Acesso em: fev. 2013.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 3, n. 2, p. 297-342, 1986.

SECRETARIA de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Ranking dos municípios goianos: 2007**. Goiânia: SEPLAN, 2008. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/rank2007.pdf> Acesso em: fev. 2013.

SOBRINHO, E. M. G.; AZZONI, C. R. **Aglomerações industriais relevantes no Brasil**. São Paulo: NEREUS/USP, 2014. (TD Nereus 07-2014).

TOWNROE, P. Branch plants and regional development. **Town Planning Review**, v. 46, n. 1, p. 47-62, 1975.

WALKER, R. A. Two sources of uneven development under advanced capitalism: spatial differentiation and capital mobility. **Review of Radical Political Economics**, v. 10, n. 3, p. 28-37, 1978.

WALKER, R. A.; STORPER, M. Capital and industrial location. **Progress in Human Geography**, v. 5, n. 4, p. 473-509, 1981.

WILKINSON, J. **Competitividade na indústria de abate e preparação de carnes.** Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Nota Técnica Setorial do Complexo Agroindustrial, Campinas: IE/UNICAMP, 1993.